

A POBREZA NA CLÍNICA E A POBREZA DA CLÍNICA: OS SERVIÇOS-ESCOLA COMO MEDIADORES DO CONTATO ENTRE A PSICOLOGIA E A POBREZA¹

Luana Santos Marçal²

Conrado Pável de Oliveira³

RESUMO:

O presente estudo se configura como uma revisão narrativa que objetiva fazer uma reflexão sobre a importância dos serviços-escola como mediadores do contato entre a Psicologia e uma população com maior vulnerabilidade social, especialmente com as pessoas pobres. O estudo explora como a hegemonia da clínica é histórica na Psicologia e acabou sendo transmitida para os serviços-escola (tanto que o nome comumente utilizado para tais serviços é clínica-escola), tornando-os mais restritos e limitados. Muito além da clínica propriamente dita, são exploradas possibilidades de formas de trabalho e de elaboração de uma atuação mais eficaz e menos elitizada das(os) psicólogas(os). A prática ensinada e exercida pelos profissionais tem um passado, ainda muito presente, de ser muito individualizante e centrada no sintoma, ao invés de considerar o paciente como um ser social, em relação com o mundo à sua volta, onde constitui e é constituído por ele também. Assim, são analisadas as possibilidades em torno do exercício profissional ponderando uma visão de sujeito considerando o social, já que no trabalho com a pobreza e a saúde mental, é inaceitável se desconsiderar o meio no qual a pessoa está inserida.

Palavras-chaves: Psicologia. Serviços-escola. Clínicas-escola. Pobreza.

POVERTY IN THE CLINIC AND POVERTY OF THE CLINIC: SCHOOL-SERVICES AS MEDIATORS OF THE CONTACT BETWEEN PSYCHOLOGY AND POVERTY

ABSTRACT:

The present study is a narrative review has as its objective to reflect on the importance of school services as mediators of contact between Psychology and a population in greater social vulnerability, especially poor people. The study explores how the clinic's hegemony is historical in Psychology and ended up being obviously transmitted to the school-services (in fact, the name commonly used for such services is "school-clinic"), making them more restricted and limited. Far beyond the clinic itself, possibilities and ways of working, elaborating a more effective and less elitist performance of psychologists are explored, since the practice taught and carried out by professionals has a past (which unfortunately is still very present) of being very individualizing and centered on the symptom, instead of considering the patient as a social being, in relation to the world that surround him, where he constitutes and is also constituted by

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 28/05/2023 e aprovado, após reformulações, em 22/06/2023.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: luanasantosmarcal@hotmail.com

³ Mestrado profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

him. Therefore, the professional practice are analyzed, contemplating a view of the subject considering the social aspect, since when working with poverty and mental health, it is unacceptable to disregard the environment in which the person is inserted. Keywords: Psychology. School-services. School-clinic. Poverty.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um dos maiores problemas do Brasil atualmente, sendo fruto de uma grande desigualdade social proveniente do sistema de produção capitalista, tendo o **capitalismo dependente**⁴ (FERNANDES, 1976) como realidade econômica causadora da desigualdade econômica, e, portanto, de altos índices de pobreza, ocasionando grande sofrimento mental por quem vivencia a escassez e privação cotidianamente.

O fenômeno da pobreza é muito mais do que apenas uma dificuldade no âmbito financeiro propriamente dito: envolve uma vulnerabilidade socioeconômica com diversos fatores, causas e consequências no cotidiano de quem o vivencia. Ela também é um fenômeno multidimensional, que atinge mais de um segmento da população (os clássicos pobres, como analfabetos, indigentes e também a população vítima da precária inserção no mercado de trabalho); além de se configurar como multifatorial, decorrente tanto da insuficiência de renda quanto da falta de condições adequadas aos serviços públicos e da falta de poder (WANDERLEY, 2014).

Segundo Góis (2012), a falta de recursos básicos (moradia, alimentação, saúde, segurança, escola, emprego, segurança), que são frutos da desorganização da vida coletiva na periferia da cidade, é causa para um sentimento e vivência de desrespeito, desvalorização e de humilhação; assim, a identidade dessas pessoas é construída a partir do lugar de escassez e humilhação, o que constrói conseqüentemente uma identidade de oprimido e explorado.

Sendo assim, é clara a importância de discutir sobre a relação entre Psicologia e pobreza, pela necessidade da profissão em chegar, de forma efetiva, a espaços que não alcançava antes ou que alcançava de forma insatisfatória, deixando lacunas e não cumprindo com seu papel de forma eficaz, favorecendo, inclusive, estruturas de

⁴ Segundo Fernandes (1976), o capitalismo dependente é uma realidade econômica por causa da dominação imperialista externa, sob qual o país foi vítima. Isso resultou em uma acumulação de riqueza na mão de elites, e, conseqüentemente, no subdesenvolvimento e cenário de desigualdade no Brasil.

opressão e dominação. De acordo com Martin-Baró (2011) o psicologismo tem servido para fortalecer, direta ou indiretamente, as estruturas opressivas, ao desviar a atenção delas para os fatores individuais e subjetivos. Assim, como consequência, a responsabilidade do Estado e da própria Psicologia sob vulnerabilidades sociais e emocionais da população é redirecionada e atribuída como um fracasso pessoal, como transtornos e desadaptações diversas à vida; portanto, a culpa por consequências de problemas sociais é atribuída ao sujeito, como se fossem problemas pessoais. É necessária uma reparação desse histórico problemático em que a profissão se esquivou de seu dever frente ao combate à opressão. Como pontuado por Guzzo (2016, p. 154), “[...] tomar consciência sobre as dinâmicas comportamentais da pobreza é uma alternativa psicossocial que nos coloca diante dos desafios impostos à psicologia para lidar com esse fenômeno sem patologizar ou psicologizar”.

As questões associadas à pobreza são muitas, que perpassam um panorama de exclusão e escassez, e a saúde mental se torna refém de muitos pontos que estão relacionados com a pobreza e a vulnerabilidade social como um todo. Guzzo (2016) aponta que as necessidades das pessoas pobres, como segurança, fortalecimento e oportunidades, são elementos importantes a se considerar na relação entre a profissão e a pobreza.

A Psicologia completou recentemente 60 anos de sua regulamentação no Brasil, e, segundo Bock (2003), possui um histórico de compromisso com os interesses das elites, além de ter se constituído como uma ciência e profissão para o controle, para a categorização e para a diferenciação; tendo poucas contribuições para a transformação das condições de vida, tão desiguais em nosso país. Além disso, nas últimas décadas, houve uma expansão da Psicologia como profissão (que historicamente se constituiu com uma hegemonia da área clínica), que se deu principalmente por um aumento de psicólogas trabalhando no campo do bem-estar social e também pelo aumento dos cursos nas mais diversas localidades do Brasil, sejam centros urbanos ou no interior do país – a interiorização da profissão (MACEDO; DIMENSTEIN, 2011). Por conta da mudança no panorama de possibilidades de atuação do psicólogo no país, surgiu assim uma demanda de alterações na formação e execução da Psicologia brasileira. Moreira *et al.* (2007) afirma que o contexto social convocou os psicólogos a saírem do consultório para

responderem à novas formas de subjetivação e adoecimento psíquico, e, portanto, necessitando conhecer a realidade local, fazendo com que a Psicologia tradicional se torne mais crítica e engajada socialmente.

No exercício profissional, existem algumas possibilidades para estudantes de Psicologia e psicólogas entrarem em contato com o fenômeno da pobreza de forma mais direta, como por exemplo, pelos projetos e programas de extensão universitária e estágios curriculares e extracurriculares. Dentre essas possibilidades de contato, existem os serviços-escola, que fazem parte das atividades de extensão do ensino superior no curso de Psicologia.

Segundo Amaral *et al.* (2012), os serviços-escola são uma forma de atender a necessidade de formação nos cursos de Psicologia, por meio da aplicação das técnicas aprendidas em sala de aula. Conseqüentemente, eles possuem também um papel social, já que possibilitam que a população mais vulnerabilizada tenha acesso a atendimentos psicológicos, entre outros serviços relacionados à profissão. O presente trabalho realiza uma revisão narrativa, focando na análise dos limites e possibilidades da clínica- escola/ serviços- escola como mediadora entre a profissional da Psicologia e o contato da profissão com a realidade da pobreza, além de trazer uma reflexão sobre a existência e importância do mesmo e da atuação e preparo do psicólogo nesse serviço em contato com a população pobre.

2 A POBREZA NO BRASIL ATUAL

Pobreza, segundo Estanislau e Ximenes (2016) é um fenômeno histórico do modo de produção capitalista, que abarca aspectos materiais, ideológicos, psicológicos e simbólicos. Segundo dados do relatório do Banco Mundial, publicados em novembro de 2022, houve uma queda significativa nas taxas de pobreza do Brasil em 2020 (apesar de ter sido o ano de maior recessão da história): de 26,2% em 2019 para 18,7% em 2020; resultado que se deu, principalmente, por conta da ajuda substancial do Auxílio Emergencial. De acordo a mesma pesquisa, no início da pandemia do COVID-19, de 3 em cada 10 brasileiros estavam em situação de pobreza e 8% da população se encontrava em estado de extrema pobreza. De acordo com a pesquisa do Mapa da Nova Pobreza, feita pela FGV Social e publicada em junho de 2022, a quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 497 reais

mensais era de 62,9 milhões de brasileiros no ano de 2021 - esse número representa cerca de 29,6% da população total do Brasil.

Outro ponto relacionado com a pobreza que afeta consideravelmente a vida das pessoas atingidas por esse fenômeno é a inadimplência: para conseguir usufruir de lazeres, suprir desejos incentivados pelo mundo capitalista, ou apenas manter uma qualidade de vida e sobreviver, famílias se endividam, principalmente por meio de cartões de crédito e carnês. Essa é uma realidade que a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de 2022 traz: 77,9% das famílias brasileiras contraíram dívidas em 2022, sendo que, mulheres, pessoas jovens, consumidores de média e baixa renda e com 2º grau completo foram os mais atingidos pelo endividamento; e mulheres, pessoas de mais idade e menor escolaridade são as maiores vítimas da inadimplência.

O Governo Federal, em 2022, com presidência de Jair Bolsonaro, lançou medidas como ofertas de linha de crédito e liberação de empréstimos consignados com objetivo de reduzir o comprometimento da renda das famílias por conta da pandemia da COVID-19, o que foi chamado de Programa Renda e Oportunidade. Exemplos dessas medidas são as MP nº 1.106, de 17 de março de 2022, que amplia a margem de crédito consignado e autoriza empréstimos e financiamentos por créditos consignados a beneficiários do Benefício de Prestação Continuada ou do Auxílio Brasil (programa de benefícios encerrado atualmente que foi substituído pela volta do Bolsa Família) e a MP nº 1.107, que cria o Programa de Simplificação de Microcrédito Digital (Sim Digital). Essas ações deram margem para o aumento do endividamento entre usuários do programa Auxílio Brasil (ou seja, famílias de baixa renda), já que o valor oferecido por esse benefício é calculado para o sustento mínimo da família; e do aumento da porcentagem de endividamento e inadimplência gerais do país, principalmente pela alta taxa de juros dos empréstimos (3,5% ao mês, no caso do empréstimo consignado para usuários do benefício, o que compromete consideravelmente a renda dos beneficiários). Ações assim demonstram que o Estado não está corretamente mobilizado com a questão da pobreza e do comprometimento financeiro das famílias, manifestando o quanto não há um investimento adequado para a resolução desse problema. Entretanto, de acordo com Castro (2023), recentemente, no ano de 2023 (Governo Lula), as regras para se conseguir o Empréstimo Auxílio Brasil (atualmente Empréstimo consignado do Bolsa Família)

mudaram: foram reduzidas as taxas de juros (de 3,5% para 2,5%), a margem consignável (de 40% para 5%) e o número de parcelas (de 24 parcelas para no máximo 6), de modo que diminui, dentro do possível, os riscos de endividamento e inadimplência, já que compromete uma parcela menor do benefício mensal para os beneficiários.

A pobreza no Brasil atual se revela na vulnerabilidade e dominação, mas em específico no desemprego, em empregos informais ou de baixa remuneração; nas periferias das cidades, ou seja, locais de grande vulnerabilidade e problemas urbanos; em moradias inadequadas que podem ser até de baixa segurança; em serviços ineficazes que não recebem os investimentos necessários e não atendem a população como deveriam, como hospitais, escolas e transportes, e também em penitenciárias, nas ruas, em albergues, entre vários outros locais e contextos. Tal fenômeno está espalhado por todos os lugares e tem forte presença, mesmo que indireta, na vida de todos. Assim, os números aqui apresentados demonstram a importância em se abordar esse tema, já que vivemos em um país especialmente pobre, e a desconsideração dessa população vai contra o compromisso da psicologia como profissão.

3 POBREZA E A SAÚDE MENTAL

A pobreza acarreta um sofrimento mental intenso para quem convive com as consequências desse fenômeno diariamente. Em um país com grande desigualdade social como o Brasil, um indivíduo estar em situação de pobreza traz grandes consequências sociais, relacionadas principalmente com a exclusão, opressão, carência e sentimentos diversos de vergonha, humilhação e culpa, além da negação de direitos e básicos à sobrevivência, evidenciando um Estado que não supre as necessidades básicas de sua população por completo (e nem se aproxima disso). Ser pobre, assim, segundo Rocha (2006) é não ter acesso a determinados produtos ou condições e, conseqüentemente, estar distante da possibilidade de ocupar determinados papéis sociais esperados dele enquanto membro da sociedade.

A exclusão, sendo um ponto principal quando falamos de pobreza, já que estão diretamente relacionadas, é abordado por Sawaia (1999) na discussão sobre a dialética inclusão/exclusão: a exclusão se torna uma forma de incluir em uma ordem social desigual, configurando um caráter ilusório para a inclusão, já que todos estão

inseridos de alguma forma no circuito reprodutivo das atividades econômicas (sendo que a maioria está inserida por meio da própria exclusão, das privações). Tal dialética proporciona subjetividades específicas, desde o sentimento de inclusão até o de discriminação; e essas subjetividades determinam e são determinadas por diversas formas de legitimação social e individual, se manifestando no cotidiano, pela identidade, afetividade, consciência, inconsciência e sociabilidade.

Portanto, a pobreza e a desigualdade econômica não se resumem apenas à questão material, ultrapassando-a e entrando na esfera subjetiva, provocando sofrimento emocional. Além de todas as questões pessoais, seja nas áreas familiar, amorosa, profissional, entre outros aspectos da vida do sujeito, os resultados da vivência na pobreza afetam e transpassam todos esses âmbitos, causando também sofrimento pela condição de ser pobre em si. Sawaia (1999), em discussão sobre o estudo da exclusão, afirma que perguntar por sofrimento e felicidade em relação à pobreza é superar a convicção de que não há motivo para trabalhar emoções quando se passa fome.

Utilizando um exemplo recente em que houve um alargamento nas faixas de pobreza e desigualdade social no Brasil, vivemos a pandemia do COVID-19. O relatório do Banco Mundial publicado em 2022 apresenta a informação de agravamento em questões de saúde mental durante a pandemia da COVID-19 em pessoas que perderam o emprego e passaram necessidade de recursos básicos; isso demonstra a “[...] retroalimentação entre o potencial de geração de renda, vulnerabilidade e capital humano na forma de saúde mental”. (BANCO MUNDIAL, 2022, p. 7).

O endividamento e inadimplência também são grandes causadores de sofrimento mental para a maioria das pessoas atingidas, e como demonstra a pesquisa de Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro, feita pelo Serasa em parceria com o instituto Opinion Box no ano de 2022, existem inúmeros impactos emocionais causados pelas dívidas, como: insônia, problemas de concentração, impactos nas relações interpessoais, a vergonha por conta do endividamento e mudanças na autoestima, principalmente pela manifestação de pensamentos negativos, mas também pela ansiedade, tristeza e falta de confiança nas próprias ações.

Martín-Baró (2011) traz em sua obra a necessidade da Psicologia em contribuir com a libertação dos povos, tendo compromisso suficiente com as questões latino-americanas, para que a profissão sirva à própria comunidade, se debruçando sobre assuntos que causam sofrimento à população, ao invés de abordar questões norte-americanas e europeias (que foram historicamente objeto de trabalho da Psicologia no início de sua regulamentação no país). Assim, a Psicologia, como ciência social comprometida com a saúde mental dos indivíduos e sociedade, é requisitada no ato de discutir e propor soluções para tal problemática social, tornando-se também, uma das responsáveis pela luta pela saúde mental na pobreza.

4 O HISTÓRICO DA PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO E A HEGEMONIA DA CLÍNICA PSICOTERÁPICA

A Psicologia teve o seu reconhecimento como profissão no Brasil no dia 27 de agosto de 1962, pela Lei nº 4.119, e, desde o seu início, enfrenta problemas relacionados à dificuldade de acesso pela população quase como um todo, mesmo não sendo nenhum segredo a sua importância em inúmeros âmbitos, discussões e lutas. A profissão sempre carregou consigo o estigma de ser uma ciência que serve às elites, e até hoje enfrenta dificuldades para se desvincular de tal caracterização e cumprir um papel social que demonstre que o seu compromisso não é apenas com a burguesia e com a manutenção de um *status quo* de opressão. Bock (2003), no momento de comemoração dos 40 anos de regulamentação da profissão, destaca que a tradição da Psicologia no Brasil tem sido marcada pelo compromisso com os interesses das elites e tem se constituído como uma ciência e profissão para controle, categorização e diferenciação, pouco contribuindo para a transformação das condições de vida desiguais no país. Ela se configura como sendo um serviço de difícil acesso aos que têm pequeno poder aquisitivo, se qualificando, assim, como uma profissão com pouca inserção social, baixo poder organizativo, com entidades frágeis com pequeno poder de pressão e baixo histórico de negociação com o Estado sobre suas demarcações e possibilidades de construção social. Também de acordo com a autora, a Psicologia define o fenômeno psicológico do **verdadeiro eu**, como sendo algo abstrato e enclausurado no homem, sendo universal e natural; o que faz com que a profissão esteja de costas para a realidade social, não buscando o cotidiano, a cultura, os valores sociais, as formas de produção da sobrevivência e relações sociais

das pessoas; sendo principalmente uma profissão corretiva - se estiver tudo bem, a Psicologia não precisa agir. Isso demonstra a falta de contribuição real para a saúde e qualidade de vida da população como um todo, com um afastamento evidente em relação à realidade, compreendendo de forma precária e, conseqüentemente, também agindo de forma precária sobre ela.

Em sua obra, Bock *et al.* (2022), dessa vez em comemoração aos 60 anos da regulamentação, ressalta o desenvolvimento do Projeto do Compromisso Social, causado pela necessidade da profissão se adequar, já que os primeiros anos da profissão se resumiram na Psicologia servindo como instrumento para seleção de pessoas para o trabalho, para a classificação das crianças como futuros trabalhadores e para a produção de diagnósticos, cumprindo sua função na política higienista do país; ou seja, mantendo uma constituição fragmentada, com pouca presença pública e sem organização suficiente para a participação política. Foram tomadas diversas iniciativas para o desenvolvimento do pensamento crítico na Psicologia, mas simultaneamente, foi identificado um despreparo para dar novos passos e terem evoluções na profissão, manifestando a necessidade de uma qualificação profissional (exigindo mais iniciativas para que esse despreparo fosse, aos poucos, superado).

Toda a trajetória da Psicologia no Brasil em busca de servir à sociedade de forma fidedigna, de acordo com as necessidades que esta apresenta de fato, ainda é um trabalho diário. Até o momento presente, existe uma opinião de senso comum de que a Psicologia se resume ao trabalho psicoterápico, sendo exercida em consultórios, na configuração de psicólogo, paciente, divã, modelos de sessões estruturadas e afins, em sessões de terapia que geralmente possuem um custo maior do que grande parte da população brasileira é capaz de pagar semanalmente ou quinzenalmente. Apesar da Psicologia não se restringir à prática da psicoterapia nos moldes mais conhecidos, ela ainda é uma prática necessária e que se enquadra como uma carência para muitas pessoas que necessitam desse tipo de atendimento.

Segundo Ribeiro (2013), a psicoterapia seria um processo de envolvimento, que compreende duas pessoas em uma relação profunda e significativa, em que o psicoterapeuta se qualifica como agente de mudança, auxiliando o cliente a ter contato com situações passadas, presentes e futuras para conseguir compreendê-las através do seu presente para encontrar novas saídas para seu modo de estar no mundo. Subentende-se que o ser humano é orientado para a sua finalização pessoal, e assim,

a psicoterapia busca colocar em ação essa orientação para o crescimento, independência e maturidade do paciente. Além disso, o processo psicoterápico coloca o ser em contato com reflexões sobre o prazer, curiosidade e sobre o diferente; desperta a vontade de encontrar razões para se gostar de viver e viver cada vez melhor. Por fim, o processo seria uma ação social e política, já que deve considerar a relação pessoa-mundo (não vê o ser humano de forma isolada) – objetiva levá-lo a uma melhor compreensão, uma visão real de si e uma revisão objetiva do mundo em que vive.

Segundo Souza e Teixeira (2004), as psicoterapias podem ser consideradas métodos de tratamento para os problemas emocionais. Os métodos são utilizados por pessoas treinadas que, por meio do desenvolvimento da relação profissional com a pessoa em que ajudam, consegue haver uma retirada, modificação ou prevenção dos sintomas. Também há a busca de correção de padrões disfuncionais de relacionamento e promoção de crescimento e desenvolvimento de personalidade.

Historicamente, a psicoterapia clínica é a área de maior força no país, e esse fato se mantém até os dias atuais, inclusive sendo demonstrado pelo CensoPsi de 2022, pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que traz um panorama sobre como a profissão se manifesta no país. De acordo com o Censo, 77% dos profissionais entrevistados que são egressos de IES privadas atuam na clínica e 65% dos que também atuam são egressos de IES públicas. Assim, a área mais escolhida como opção pelos psicólogos ainda é a clínica (seguida pelas áreas da social e saúde), o que nos manifesta a necessidade em se discutir para quem é a clínica psicológica, e ao mesmo tempo, como é o trabalho clínico exercido pelos profissionais considerando a diversidade da população brasileira, ou seja, a clientela, o público-alvo.

5 A POBREZA NA CLÍNICA E A POBREZA DA CLÍNICA

Considerando as informações relacionadas à intensidade do fenômeno da pobreza no Brasil, ao impacto desta sobre a saúde mental e ao histórico da Psicologia no país até os dias atuais, chegamos a um dos pontos principais da reflexão do presente trabalho sobre o papel da Psicologia, especialmente da psicoterapia, frente à pobreza. O exercício da profissão frente à pobreza está sendo suficiente para atender às demandas sociais por completo? Quais são as formas que a Psicologia

tem utilizado para acessar a pobreza e, conseqüentemente, sair de sua bolha elitizada?

Góis (2012) afirma a existência de uma negação ou desqualificação do sujeito pobre no contexto da saúde mental: o maior status recebe um tipo diferenciado de cuidado em saúde mental, e o menor status recebe algo diferente ou nem recebe esse atendimento. Como já citado anteriormente, o foco da Psicologia no Brasil inicialmente se resumiu em apenas servir a burguesia, seguindo princípios tradicionais e se mantendo distante da realidade social brasileira. De acordo com Bock *et al.* (2022), o que deu (e dá) a força para que ocorram mudanças no papel e atuação da Psicologia no país foi o Projeto do Compromisso Social, que foi criado por conta de novas condições históricas pelas quais o Brasil atravessava e exercido por meio de várias iniciativas do Conselho Federal de Psicologia. Entretanto, além das iniciativas para aumentar o senso crítico da profissão, houve a necessidade de adequar profissionalmente as psicólogas para conseguirem trabalhar de forma efetiva com outras áreas além da clínica. Essa é uma questão até os dias atuais, mas que já contou com o investimento de muitos esforços para que houvesse mudanças. O contato com o campo das políticas públicas também foi fortalecido, segundo Dimenstein (2011), pelas articulações junto aos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil organizada, além de negociações com o Estado brasileiro, o que fortaleceu a presença da Psicologia nessa área e, conseqüentemente, ampliou as possibilidades de inserção no mercado profissional.

Como já discutido, a clínica ainda é a maior área de prática psicológica no país, e ainda assim é extremamente inacessível, tanto pelo seu valor financeiro quanto pela frequente falta de qualificação profissional dos psicólogos para abordarem situações de vulnerabilidade social, já que é necessário ir além do roteiro tradicional para o atendimento clínico. Para Martin-Baró (1996) no cuidar dos povos vítimas de opressão e injustiças, a terapia individual não deve ser descartada: ela deve abordar a identidade social entendida por meio do modelo opressor e oprimido, além de focar na compreensão sobre as comunidades e identidades humanas. A Psicologia deve ter a função de conduzir os indivíduos para um processo de tomada de consciência sobre a realidade.

Para Guzzo (2016 apud BASTOS E RABINOVICH, 2009), a psicologia manteve-se cega em relação à pobreza, sem apresentar propostas de ação, sem

manifestar epistemologias e metodologias para compreender essas pessoas e assim, esteve incapaz de abordar as experiências de desenvolvimento nessas condições. Atualmente, a profissão se mostra muito mais engajada com seu compromisso social, e é possível enxergar isso por meio da diferença do currículo acadêmico nas faculdades, pelo aumento do número de espaços em que ela está inserida, pela quantidade de discussões sobre direitos humanos e pautas variadas de diversas questões sociais, entre inúmeros outros indícios. Ainda assim, é importante que esse processo de maior comprometimento continue e seja cumprido de forma cada vez mais abrangente.

De acordo com Guzzo (2016), a Psicologia deve revisar seus problemas e currículos de formação profissional, sendo necessário estudar a pobreza, tendo uma leitura política da realidade, para que sejam desenvolvidas formas de lidar com o sofrimento e adoecimento causados por esse fenômeno. O psicólogo deve estar preparado para assumir um projeto ético-político.

6 OS SERVIÇOS-ESCOLA

Um dos espaços onde a Psicologia é exercida são as clínicas-escola, ou seja, clínicas existentes em faculdades e universidades, que possuem a função de atender pacientes que chegam até ela por encaminhamentos diversos (inclusive por encaminhamento pessoal) em um preço abaixo da média, com um trabalho exercido por estagiários, portanto, psicólogas(os) em formação. De acordo com Silva, Garcia e Nunes (2017), foram originadas juntamente com a regulamentação da profissão, em 1962 e oferecem principalmente o serviço clínico (por essa razão, é comumente chamada apenas de clínica-escola), mas podem apresentar (e devem apresentar) outros serviços além da psicoterapia. Portanto, por haver intervenções além da clínica, e com o objetivo de fazer uma crítica sobre a vinculação entre o conceito do termo e o modelo biomédico (para que as práticas não sejam centradas nos sintomas, mas sim nos sujeitos e suas formas de existência), no 12º Encontro de Clínicas-Escola do estado de São Paulo, em 2004, o termo foi redefinido para serviços-escola (SILVA, GARCIA, NUNES, 2017 apud MELO-SILVA, SANTOS, SIMON, 2005).

Os serviços-escola possuem seu espaço nas matrizes curriculares da Psicologia, sendo utilizadas como estágio e até como projetos de extensão. Estabelecida pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da

Educação, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil, de acordo com o Art. 4º, e os serviços- escola se enquadram no âmbito da extensão. As Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Psicologia de 2019 determinam a exigência da inclusão de um serviço- escola de Psicologia, que preste serviços à sociedade e integre as ações de formação, pesquisa e extensão. Além disso, também delimita que as atividades desenvolvidas e coordenadas pelo serviço devem ser congruentes com o perfil do egresso e com as demandas de serviço psicológico da comunidade de inserção da IES. Para Amaral *et al.* (2012), os serviços-escola de Psicologia são uma forma de atender a necessidade de formação nos cursos de formação da área, por meio da aplicação das técnicas aprendidas em sala de aula. Conseqüentemente, eles possuem também um papel social, já que possibilitam que a população mais vulnerabilizada tenha acesso a atendimentos psicológicos. É clara a importância dos serviços-escola como um auxílio na formação profissional, já que possibilita uma “prévia” da prática e uma possibilidade de exercitar o que é aprendido; e com o passar do tempo, foi dada cada vez mais importância para esse modelo de estágio e extensão.

Amaral *et al.* (2012 apud ANCONA LOPEZ, 1995) trazem também a importância dos estudos sobre a temática dos serviços-escola, para que as funções de treinamento dos profissionais e de atendimento psicológico para a comunidade sejam efetivas. De acordo com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2010), os objetivos dos serviços-escola são garantir condições físicas, materiais, administrativas e pedagógicas para a realização dos estágios obrigatórios do curso, além de prestar serviços à comunidade e propiciar pesquisas nos diversos campos de atuação profissional. Além disso, é onde se articulam os estágios supervisionados, as próprias supervisões e atividades práticas do estágio, além da coordenação dos estágios externos, sejam eles obrigatórios ou não.

Amaral *et al.* (2012) ressaltam as pesquisas que fazem um levantamento crítico dos pacientes e de suas demandas, para que sugestões positivas sejam levantadas por meio de hipóteses para melhorar o processo de acolhimento. As pesquisas relacionadas aos serviços-escola são imprescindíveis para que haja cada vez mais precisão nas intervenções executadas, e assim, propiciar que a qualidade do serviço melhore cada vez mais, e, conseqüentemente, contribua aos poucos para tornar o papel da Psicologia mais efetivo frente à pobreza.

Assim, os serviços-escola se encaixam como mediadores possíveis para que a Psicologia entre em contato com a pobreza, especialmente por meio da clínica, espaço em que esse contato é dificultado. É recorrente que o contato com a vulnerabilidade social durante a formação seja associado apenas aos estágios comunitários, em instituições de saúde pública, na rede psicossocial, ONGs, entre outros; e o contato pelo serviço-escola (pela clínica-escola principalmente) é esquecido, ou simplesmente não é visto como uma possibilidade para os estudantes entenderem a realidade da população. Portanto, possuem um papel social relevante, sendo útil na busca pela aproximação do compromisso social da profissão por meio do acesso gratuito ou com baixo custo da população à diversos serviços da Psicologia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que já foi exposto até aqui, é perceptível a necessidade de uma revisão dos processos dos serviços-escola, especialmente da atuação das psicólogas, pois tal questão exige maior comprometimento profissional com uma clientela que tenha um perfil fiel ao que a realidade brasileira apresenta. Considerando que a Psicologia se enquadra como agente de mudança, é interessante fazermos uma reflexão sobre o objetivo principal da profissão, já que esse propósito pode ser facilmente confundido com a aplicação de teorias e regras apreendidas sem uso do senso crítico - utilizando um *script* pronto, de elementos vistos como “normas” da prática sendo aplicados sem considerar o ser que está ali sendo atingido pelas consequências de tais regras, linhas teóricas, práticas e normas; que nem sempre vão ser eficazes de fato para a melhora do cliente.

A Psicologia pode ser inflexível em vários pontos quando se trata do exercício da profissão - muitas regras explícitas, convenções, normas silenciosas sobre como se deve ou não agir na prática, especialmente dentro da clínica. Tal inflexibilidade pode resultar em uma falta de engajamento da profissional para sair da caixa fechada de possibilidades dessa clínica, não criando em cima de algo que já é aprendido e muitas vezes está sendo aplicado repetidas vezes, em diferentes casos, pessoas e diferentes contextos sociais e demandas. Portanto, é necessário estar atento para não se aplicar uma fórmula pronta de atendimento para todo tipo de caso que se chega para atendimento - pode ser difícil resistir a esse impulso, já que geralmente as

abordagens são ensinadas como um modelo para a condução do trabalho, mas que obviamente precisa passar pelo senso crítico da profissional. Além do direcionamento recomendado pelo próprio curso, é importante que a estudante também se dedique individualmente na busca de maior conhecimento, adicionando sempre mais ao básico estudado na faculdade; caminhando no desenvolvimento do senso crítico para ser agente de mudança na profissão.

Existem alguns aspectos a serem investidos nos serviços-escola, para que possam ser facilitadores para esse processo. A questão da hegemonia do trabalho clínico, que é identificado também nesse sistema, deve ser reavaliada, já que existem outros trabalhos possíveis para propiciar a formação e o contato com a comunidade mesmo não se utilizando a clínica. A clínica-escola em específico, como clínica psicoterápica exercida por estagiárias(os), ou seja, seres em formação, precisa ter um acompanhamento de supervisão eficiente e muito presente, justamente para que as normas práticas sejam cumpridas de forma efetiva, ao mesmo tempo em que ocorra o incentivo de um olhar mais crítico e criativo, preparando psicólogas(os) para serem questionadores e pensantes.

É preciso também aumentar o contato do serviço com a rede territorializada de saúde do município, especialmente a rede psicossocial- esse é um processo que precisa começar com a ação de organizar tais informações para os alunos, pois é importante que todos estejam conscientes de quais são os serviços disponíveis para saúde mental e geral. Como a Psicologia está inserida na área de saúde, é essencial que se tenha conhecimento das possibilidades de promoção, prevenção e tratamento em saúde, principalmente pela rede pública, visto que a população atendida geralmente é de maior vulnerabilidade social, principalmente financeira. Existem limitações sob as quais o serviço-escola está refém, pelo tipo de serviço prestado. Em determinados casos, será necessário encaminhar casos para outros serviços, seja para descontinuar o atendimento no serviço-escola ou para complementá-lo junto com outras instâncias. Por isso, é importante ter uma boa articulação com a rede e alunos preparados para lidarem com essa necessidade.

Um ponto importante de se levar em conta também são os outros serviços possíveis dos serviços-escola para além da clínica propriamente dita. Existem outras

formas que não seja o atendimento psicoterápico exclusivamente para se prestar serviços à comunidade. A parte de pesquisa, levantamentos, trabalhos estatísticos para entender o perfil da população, as necessidades, e o que está dando certo ou não no trabalho - isso pode ser feito por meio de tais serviços, o que propicia um direcionamento mais preciso para se pensar na atuação profissional, além de exercer o compromisso científico com a profissão, não auxiliando apenas o próprio serviço e a comunidade, podendo ir além e trazer novos dados e conhecimentos para a Psicologia como um todo por meio de publicações.

É necessário também, por meio de tais levantamentos, pensar quem é o indivíduo que está sendo atendido na clínica. É um fato que o serviço é planejado para ser mais acessível, com menor custo, possibilitando a aproximação com pessoas com vulnerabilidade financeira; assim, existe um público-alvo para esse serviço, então o que é um caso para a clínica? Pela quantidade de vagas disponíveis na clínica-escola geralmente ser reduzida, é importante ter um controle em relação a quem utiliza do serviço, para que seja honrada a equidade da Psicologia no sentido de fazer mais por quem precisa mais.

Em conclusão, os serviços-escola são uma forma de prática psicológica muito importante para a formação das(os) futuras(os) psicólogas(os) e para o compromisso da Psicologia com a população, possibilitando contato com a comunidade e assim, fazendo com que se avance alguns passos no caminho para a evolução do compromisso social da profissão. Com a atenção e investimentos adequados, o potencial desse tipo de serviço pode se expandir e propiciar muito mais ações positivas, mantendo sempre o foco no sujeito usuário do serviço, olhando para o seu contexto e trabalhando com o indivíduo em relação ao mundo.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena. Representações sociais da pobreza. **Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências**, [s. l.], p. 67-94, 2016.

AMARAL, Anna Elisa Villemor *et al.* **Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura**. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012.

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2022.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Pobreza e Equidade no Brasil: mirando o futuro após duas crises. Sumário Executivo.** Washington, DC. 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/19298bfa-067d-504c-8e34-00b20e3139d2/content>. Acesso em: 15 out. 2022

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 42, p. 1-12, 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gLBYMVzGTHFynJJzjhW9x8t/#>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e o compromisso social.** São Paulo: Cortez, 2003. cap. 1, p. 15-28.

BRASIL. Lei Nº. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DP: **Diário Oficial da União**, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1106, de 17 mar. 2022. Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 2022. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.106-de-17-de-marco-de-2022-386717840>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 1107, de 17 mar. 2022. Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 2022. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2022&jornal=515&pagina=3&totalArquivos=196>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial**

da União, Brasília, DF, 18 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 maio 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 1071/2019** - Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139201-pces1071-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 maio 2023.

CASTRO, Tadeu. **Empréstimo Auxílio Brasil 2023: Regras, Valores e Bancos para Saque**. [S. l.]: Tabela INSS 2023, 10 maio 2023. Disponível em: <https://tabelainss2023.com.br/emprestimo-auxilio-brasil-2023/#:~:text=Simula%C3%A7%C3%A3o%20de%20empr%C3%A9stimo%20do%20Aux%C3%ADlio%20Brasil&text=O%20cen%C3%A1rio%20leva%20em%20conta,mais%20R%24%20de%20juros>. Acesso em: 11 maio 2023.

COMIM, Flavio Vasconcellos *et al.* Sem pobreza, mas com "fomes": visões econômicas e psicológicas. **Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências**, [s. l.], p. 17-44, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/01/cnc-endividamento.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente**. Volume I: formação e inserção no mundo do trabalho. 1. ed. Brasília. CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho**. Volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. 1. ed. Brasília. CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo: Compromisso Ético para a Formação de Psicólogos**. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.crsp.org/uploads/impresso/1426/Vma120roZYDQ7c_y2I3kzW1sPgXv-v03.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kissila Teixeira. Psicologia, 60 anos e a Crítica da Crítica. **Psicologia: Ciência e Profissão: Psicologia 60 anos: trajetórias e perspectivas**, Brasília, DF, Brasil, v. 42, n. 1, p. 23-34, 2022.

ESTANISLAU, Maria Aparecida; XIMENES, Verônica Moraes. Vivências de Humilhação e Vergonha: Uma análise psicossocial em contextos de pobreza. **Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências**, [s. l.], p. 121-146, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 413. Acesso em: 4 abr. 2023.

FGV SOCIAL. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Clínico-Comunitária**. Fortaleza, Brasil: Banco do Nordeste, 2012. 192 p.

GUZZO, Raquel. A (des)igualdade social e a Psicologia: Uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. **Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências**, [s. l.], p. 149-163, 2016.

INTITUTO OPINION BOX; SERASA. **Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>. Acesso: 04 abr. 2023

MACEDO, João Paulo; DIMENSTEIN, Magda. Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 31, ed. 2, p. 296-313, 2011. DOI <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kMcbBjnTf9Jt39LPnvqRR5s/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 2, ed. 1, p. 7-27, 1996. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/#>. Acesso em: 04 maio 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma psicologia da Libertação. In GUZZO, R.S.L. e LACERDA JR, F. (Orgs.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2ª ed. Campinas: Alínea, 2011, p. 181-197.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira *et al.* O surgimento da Clínica Psicológica: Da prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, Brasil, v. 27, ed. 4, p. 608-621, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/BBv99MqzHbTRwVHprgvvR6P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 nov. 2022.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Psicoterapia: Teorias e Técnicas Psicoterápicas**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Summus, 2013. 183 p. ISBN 978-85-323-0921-1.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata?. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. 244 p. ISBN 8522504237.

SALINAS, Paola; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Serviço de triagem em clínica-escola de psicologia**: a escuta analítica em contexto institucional. *Psychê: Revista de Psicanálise*, São Paulo, Brasil, ano 6, v. 6, n. 9, p. 177-196, 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30700914>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. ISBN 85.326.2261-5.

SILVA, Jerto Cardoso da; GARCIA, Edna Linhares; NUNES, Karla Gomes. Serviços-escola: Reflexões sobre um percurso. *In*: AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. **Cenários de Práticas em Psicologia**. 2017. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017. v. 1, p. 60-70. ISBN 978-85-7578-460-0. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1762/1/Cen%C3%A1rios%20de%20pr%C3%A1ticas%20em%20Psicologia.pdf>. Acesso em: 4 maio 2023.

SOUZA, Márcia Michele de; TEIXEIRA, Rita Petrarca. O que é ser um "bom" psicoterapeuta?. **Aletheia**, [s. l.], ed. 20, p. 45-54, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013471005.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.